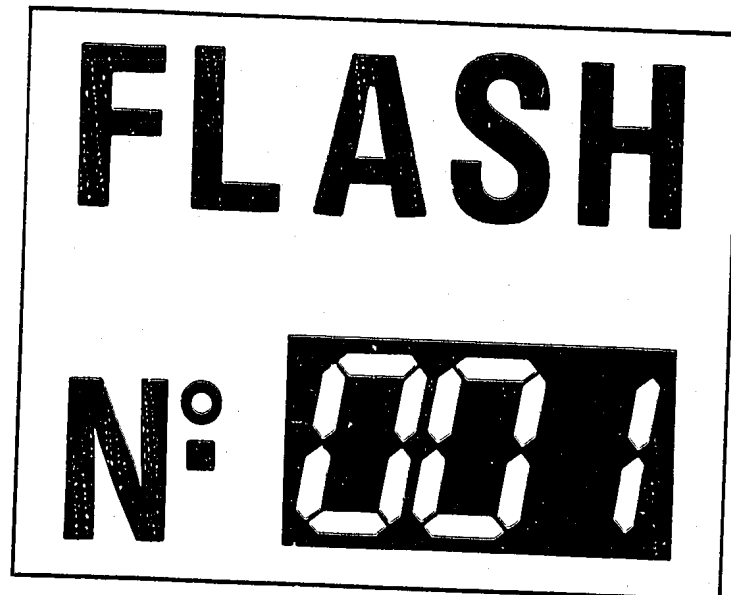


MICROGRAFIA NO GERENCIAMENTO DA INFORMAÇÃO







ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
TRIBUNAL DE CONTAS

Nome: ..

11/20.02.03  
24362  
2003.02.03  
15

\*\*\* Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro \*\*\*  
02/001023  
**106.027-9/03**

Dt. Cad : 14/03/2003 DT. Orig : 14.03.03 N° Orig: 1

Orgão : TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO RJ

Natureza : RELATORIO DE INSPEÇÃO ORDINÁRIO

Int. Principal : SUBSECRETARIA DE CONTROLE ESTADUAL

Espécie

Observação : INSPEÇÃO ESPECIAL REALIZADA  
SEGAB/SARE/SASCT/PRODERJ/SEDEC/RIOTRILHOS DECIDIDO PROCESSO TCE  
103742-0/03 (GASTOS COM SAÚDE)

Assunto: .....

TCE/RJ  
Processo: 106.027-9/03  
Rubrica: 4 Fls.: 2

RELATÓRIO DE INSPEÇÃO  
ESPECIAL REALIZADA  
CONFORME AUTORIZAÇÃO NO  
PROCESSO TCE/RJ nº 103.742-  
0/03, RELATIVO À  
SOLICITAÇÃO DO  
EXCELENTÍSSIMO SENHOR  
CONSELHEIRO MARCO  
ANTONIO BARBOSA DE  
ALENCAR

Senhor Subsecretário-Adjunto do Controle Estadual,

Os servidores Adriana Jacob, matrícula nº 02/3127, Jorge Luiz Costa de Albuquerque, matrícula nº 02/2768, e Eduardo dos Santos Guimarães, matrícula nº 02/3663, designados através dos Ofícios nº 1210/03 -- GAP/SGE, nº 1211/03 -- GAP/SGE, nº 1212/03 -- GAP/SGE, nº 1213/03 -- GAP/SGE e nº 1214/03 -- GAP/SGE, de 01/04/03 (DOC. 01 da Pasta Anexa 16.535-5/03), conforme autorizado pelo Exmº Sr. Presidente desta Corte no processo TCE nº 103.742-0/03, procederam à presente Inspeção Especial, e após efetuadas as verificações necessárias, vem, na forma que segue, apresentar o seu

RELATÓRIO

288

TCE/RJ  
Processo: 106.027-9/03  
Rubrica: 4 Fls.: 2

RELATÓRIO DE INSPEÇÃO  
ESPECIAL REALIZADA  
CONFORME AUTORIZAÇÃO NO  
PROCESSO TCE/RJ nº 103.742-  
0/03, RELATIVO À  
SOLICITAÇÃO DO  
EXCELENTÍSSIMO SENHOR  
CONSELHEIRO MARCO  
ANTONIO BARBOSA DE  
ALENCAR

Senhor Subsecretário-Adjunto de Controle Estadual,

Os servidores Adriana Jacob, matrícula nº 02/3127, Jorge Luiz Costa de Albuquerque, matrícula nº 02/2768, e Eduardo dos Santos Guimarães, matrícula nº 02/3663, designados através dos Ofícios nº 1210/03 - GAP/SGE, nº 1211/03 - GAP/SGE, nº 1212/03 - GAP/SGE, nº 1213/03 - GAP/SGE e nº 1214/03 - GAP/SGE, de 01/04/03 (DOC. 01 da Pasta Anexa 16.535-5/03), conforme autorizado pelo Exmº Sr. Presidente desta Corte no processo TCE nº 103.742-0/03, procederam à presente Inspeção Especial, e após efetuadas as verificações necessárias, vem, na forma que segue, apresentar o seu

RELATÓRIO

288

## SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO.....	4
2 - PONTOS NORTEADORES DO RELATÓRIO DE INSPEÇÃO.....	5
3 - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À MATÉRIA.....	7
4 - DOS PROCEDIMENTOS ADOTADOS.....	11
5 - DO APURADO NO TRABALHO DE CAMPO.....	12
5.1 - SECRETARIA EXECUTIVA DO GABINETE DO GOVERNADOR - SEGAB.....	12
5.2 - SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO - SARE.....	15
5.3 - SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA CIVIL - SEDEC.....	18
5.4 - SECRETARIA DE ESTADO DE AÇÃO SOCIAL E CIDADANIA - SASO.....	21
5.5 - CENTRO DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - PRODERJ.....	27
5.6 - COMPANHIA DE TRANSPORTES SOBRE TRILHOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - RIOTRILHOS.....	29
6 - DO ATENDIMENTO AO OFÍCIO GC-4 Nº 021/03.....	32
6.1 - SECRETARIA ESTADUAL DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, PESCA E DESENVOLVIMENTO INTERIOR - SEAAPI.....	32
6.2 - SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA - SSP.....	33
6.3 - FUNDAÇÃO PARA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - FIA-RJ.....	33
6.4 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UERJ.....	33
6.5 - EMPRESA DE OBRAS PÚBLICAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - EMOP.....	34
7 - CONCLUSÃO.....	34

4 E 8/

## 1 - INTRODUÇÃO

A presente Inspeção Especial teve sua origem na solicitação de pronunciamento por parte da Secretaria-Geral de Controle Externo acerca da natureza dos gastos realizados com Saúde no exercício de 2002, formulada pelo Exmo. Senhor Conselheiro Marco Antonio Barbosa de Alencar através do OFÍCIO GC-4 nº 021/03, de 01/04/03.

Tal requerimento foi motivado por levantamento efetuado pelo Gabinete do aludido Conselheiro onde se constatou a realização de despesas na função 10 - Saúde por órgãos cujas atividades-fim não contemplam ações e serviços públicos de saúde, razão pela qual destacou-se a necessidade de verificação, nos Relatórios de Inspeção do período em tela ou junto aos jurisdicionados, conforme discriminados abaixo, a efetiva execução das mesmas.

- Secretaria Executiva do Gabinete do Governador - SEGAB
- Secretaria Estadual de Administração e Reestruturação - SARE
- Secretaria Estadual de Agricultura, Abastecimento, Pesca e Desenvolvimento Interior - SEAAPI
- Secretaria de Estado da Defesa Civil - SEDEC
- Secretaria de Estado de Segurança Pública - SSP
- Secretaria Estadual de Ação Social e Cidadania - SASC
- Centro de Processamento de Dados do Estado do Rio de Janeiro - PRODERJ
- Fundação para a Infância e Adolescência - FIA-RJ
- Fundação Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ
- Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro - EMOP

A Subsecretaria de Controle Estadual - SUE procedeu à formalização da referida solicitação, a qual constituiu o Processo TCE-RJ nº 103.742-0/03, em anexo, informando que as verificações requeridas seriam realizadas em sede de Inspeções Ordinárias, que já se encontravam em andamento, e de Inspeção Especial, cuja determinação foi submetida à apreciação e autorizada pela Presidência em 01/04/03.

4 6 8

TCE/RJ  
Processo: 106.027-9/03  
Rubrica: 4 Fls.: 5

Tal solicitação foi complementada pelo Ofício GC-4 nº 037/03, de 29/04/03, consubstanciado no Documento TCE-RJ nº 14.283-0/03, em anexo, incluindo-se no escopo da Inspeção Especial o exame dos gastos realizados pela Companhia de Transportes Sobre Trilhos do Estado do Rio de Janeiro - RIOTRILHOS.

De posse das credenciais, em 18/04/03, esta Equipe de Inspeção apresentou-se aos responsáveis dos seguintes órgãos para dar início aos trabalhos (doc. 1 do Volume I - Documento TCE-RJ nº 16.535-5/03): Secretaria de Estado de Integração Governamental (atual denominação da antiga Secretaria Executiva do Gabinete do Governador - SEGAB), Secretaria de Estado de Administração e Reestruturação - SARE, Secretaria de Estado de Ação Social (denominação da antiga Secretaria de Estado de Ação Social e Cidadania - SASO), Centro de Processamento de Dados do Estado do Rio de Janeiro - PRODERJ, Secretaria de Estado da Defesa Civil - SEDEC e Companhia de Transportes Sobre Trilhos do Estado do Rio de Janeiro - RIOTRILHOS.

## **2 - PONTOS NORTEADORES DO RELATÓRIO DE INSPEÇÃO**

Durante o exame das Contas de Gestão do Governo do Estado do Rio de Janeiro relativas ao exercício de 2001, observou-se a execução de gastos na Função 10 - Saúde por órgãos cujas atividades-fim não contemplavam despesas atinentes à referida função.

Considerou-se, durante os trabalhos, que tal execução poderia ser decorrente da Descentralização da Execução de Créditos Orçamentários, figura instituída na administração pública do Estado do Rio de Janeiro no exercício de 2001, através da Lei Orçamentária Anual (Lei nº 3.537/01, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 27.895/01, em seus artigos 53 a 59, especialmente no que diz respeito o artigo 55), conforme transcrição abaixo:

*" A realização destes gastos pelos entes da administração estadual relacionados anteriormente pode ser creditada ao fato de ter sido introduzido no Estado do Rio de Janeiro, por meio da Lei Orçamentária Anual - Lei n.º 3.537/01, o instrumento da "Descentralização da Execução de Créditos*

488



TCE/RJ

Processo: 106.027-9/03

Rubrica: 6 Fls.: 6

*Orçamentários", com exceção da Secretaria de Estado de Saneamento e Recursos Hídricos e da Companhia Estadual de Águas e Esgotos, cujas despesas se referem a saneamento, mas que estão sendo computadas como gastos com saúde.*

*A Descentralização da Execução de Créditos Orçamentários consiste na cooperação entre órgãos e entidades do orçamento, visando à consecução de um objetivo comum que resulte no aprimoramento da ação de governo.*

*O Decreto Estadual nº 27.895/01, que dispõe sobre a Execução Orçamentária do Exercício de 2001, preceitua em seu art. 55 o seguinte: " A execução descentralizada dos créditos orçamentários observará obrigatória e integralmente a consecução do objeto previsto no programa de trabalho consignado no orçamento, respeitada fielmente a classificação funcional, por fonte de recursos e por natureza de despesa".*

*Não são apresentadas nas presentes Contas de Gestão elementos que possibilitem a verificação do cumprimento deste dispositivo legal.*

Face à impossibilidade apontada, formulou-se determinação na Conclusão do Relatório do Conselheiro-Relator, José Maurício de Lima Nolasco, a fim de se verificar, por meio da Inspeção competente, se: 1) houve o cumprimento ao disposto no artigo 55 do Decreto nº 27.895/01 e 2) as despesas realizadas ocorreram na Fonte 000 – recursos ordinários não-vinculados, e, 006 – Fundo de Participação dos Estados, para se comprovar se os mesmos atenderam aos princípios e diretrizes contidos na Lei Federal nº 8.080/90 – Lei Orgânica da Saúde, e, ainda, ao disposto nos artigos 196 a 198 da Constituição Federal e 287 a 289 da Constituição Estadual.

Considerando que, no exercício de 2002, a Lei Orçamentária Anual (Lei nº 3.743, de 21/12/01), em seu art. 24 contemplou novamente a Descentralização da Execução de Créditos Orçamentários, cuja regulamentação se efetivou mediante o Decreto nº 30.402, de 28/12/01, nos artigos 51 a 57, o Gabinete do Conselheiro Marco Antônio Barbosa de Alencar procedeu ao levantamento de tais dados.

*[Assinatura]*

TCE/RJ

Processo: 106.027-9/03

Rubrica: Fls. 7

constatando-se a realização de gastos por órgãos cujas atividades-fim não prevêm ações e serviços de saúde.

Dessa forma, procedemos à presente inspeção especial no intuito de averiguar se os gastos empreendidos: 1) são decorrentes de descentralizações de execução de créditos orçamentários e 2) correspondem a despesas efetivas de saúde, que tenham sido realizadas com recursos ordinários não-vinculados (na fonte 000) e aqueles provenientes do Fundo de Participação dos Estados (fonte 006), de forma a serem considerados na aferição do percentual aplicado pelo Estado em Saúde.

### **3 - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À MATÉRIA**

A Constituição Federal em seu Capítulo II do Título VIII (da Ordem Social) cuida dos temas relacionados à Seguridade Social, Saúde, Previdência Social e Assistência Social, reservando à Saúde, especialmente, os artigos 196 a 201, nesse capítulo; além de outros que se encontram esparsos pelo texto constitucional, como é o caso do artigo 77 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzido pela Emenda Constitucional nº 29/00, de 13/09/00, que cuida dos percentuais mínimos a serem aplicados em ações e serviços de saúde.

A fim de regulamentar as questões relativas às ações e aos serviços públicos de saúde foi editada a Lei Federal nº 8.080, de 19/09/90 (DOC. 9 da Pasta Anexa 16.537-3/03), que cuida das condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, da organização e do funcionamento dos serviços correspondentes, sendo importante destacar as disposições relativas aos princípios que direcionam as ações e serviços nessa área contidos no artigo 7º do referido Diploma Legal, conforme transcrição abaixo:

*" Art. 7º As ações e serviços públicos de saúde e os serviços privados contratados ou conveniados que integram o Sistema Único de Saúde (SUS), são desenvolvidos de acordo com as diretrizes previstas no art. 198 da Constituição Federal, obedecendo, ainda, aos seguintes princípios:*

*6 8 11*

**I – universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência;**

**II – integralidade de assistência, entendida como conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema;**

**III – preservação da autonomia das pessoas na defesa de sua integridade física e moral;**

**IV – igualdade da assistência à saúde, sem preconceitos ou privilégios de qualquer espécie;**

**V – direito à informação, às pessoas assistidas, sobre saúde;**

**VI – divulgação de informações quanto ao potencial dos serviços de saúde e a sua utilização pelo usuário;**

**VII – utilização da epidemiologia para o estabelecimento de prioridades, a alocação de recursos e a orientação programática;**

**VIII – participação da comunidade;**

**IX – descentralização político-administrativa, com direção única em cada esfera de governo:**

**a) ênfase na descentralização dos serviços para os municípios;**

**b) regionalização e hierarquização da rede de serviços de saúde;**

**X – integração em nível executivo das ações de saúde, meio ambiente e saneamento básico;**

**XI – conjugação dos recursos financeiros, tecnológicos, materiais e humanos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na prestação de serviços de assistência à saúde da população;**

*6 E 8*

*XII - capacidade de resolução dos serviços em todos os níveis de assistência; e*

*XIII - organização dos serviços públicos de modo a evitar duplicidade de meios para fins idênticos.*

*(...) "*

Outra norma que merece atenção nesta matéria diz respeito às disposições da Resolução nº 316, de 04/04/02 (DOC. 9 da Pasta Anexa 16.537-3/03), do Conselho Nacional de Saúde, que aprova as diretrizes acerca da aplicação da Emenda Constitucional nº 29 e define, através da 6ª e da 7ª Diretrizes, as despesas que podem ou não serem consideradas como ações e serviços públicos de saúde, situação encontrada também na Portaria nº 2047/GM, de 05/11/02, do Ministério de Estado de Saúde (artigos 7º e 8º), na forma transcrita abaixo:

*" Sexta Diretriz: Atendido ao disposto na Lei 8.080/90, aos critérios da Quinta Diretriz e para efeito da aplicação da EC 29, consideram-se despesas com ações e serviços públicos de saúde as relativas à promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde, incluindo:*

- I - vigilância epidemiológica e controle de doenças;*
- II - vigilância sanitária;*
- III - vigilância nutricional, controle de deficiências nutricionais, orientação alimentar, e a segurança alimentar promovida no âmbito do SUS;*
- IV - educação para a saúde;*
- V - saúde do trabalhador;*
- VI - assistência à saúde em todos os níveis de complexidade;*
- VII - assistência farmacêutica;*
- VIII - atenção à saúde dos povos indígenas;*
- IX - capacitação de recursos humanos do SUS;*
- X - pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico em saúde, promovidos por entidades do SUS;*

*4 E 8*

XI - produção, aquisição e distribuição de insumos setoriais específicos, tais como medicamentos, imunobiológicos, sangue e hemoderivados, e equipamentos;

XII - saneamento básico e do meio ambiente, desde que associado diretamente ao controle de vetores, a ações próprias de pequenas comunidades ou em nível domiciliar, ou aos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI), e outras ações de saneamento a critério do Conselho Nacional de Saúde;

XIII - serviços de saúde penitenciários, desde que firmado Termo de Cooperação específico entre os órgãos de saúde e os órgãos responsáveis pela prestação dos referidos serviços.

XIV - atenção especial aos portadores de deficiência.

XV - ações administrativas realizadas pelos órgãos de saúde no âmbito do SUS e indispensáveis para a execução das ações indicadas nos itens anteriores.

(...)

Sétima Diretriz: Em conformidade com o disposto na Lei 8.80/90, com os critérios da Quinta Diretriz e para efeito da aplicação da EC nº 29, não são consideradas como despesas com ações e serviços públicos de saúde as relativas a:

I - pagamento de aposentadorias e pensões;

II - assistência à saúde que não atenda ao princípio da universalidade (clientela fechada);

III - merenda escolar;

IV - saneamento básico, mesmo o previsto no inciso XII da Sexta Diretriz, realizado com recursos provenientes de taxas ou tarifas e do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, ainda que excepcionalmente executado pelo Ministério da Saúde, pela Secretaria de Saúde ou por entes a ela vinculados;

V - limpeza urbana e remoção de resíduos sólidos (lixo);

VI - preservação e correção do meio ambiente, realizadas pelos órgãos de meio ambiente dos entes federativos e por entidades não governamentais

VII - ações de assistência social não vinculadas diretamente a execução das ações e serviços referidos na Sexta Diretriz e não promovidas pelos órgãos de Saúde do SUS;

488

TCE/RJ

Processo: 106.027-9/03

Rubrica: 4 Fls.: 11

*VIII - ações e serviços públicos de saúde custeadas com recursos que não os especificados na base de cálculo definida na primeira diretriz.*

*(...) "*

No âmbito estadual, os princípios norteadores inerentes às ações e serviços de saúde estão previstos nos artigos 287 a 304 da Constituição Estadual (DOC. 9 da Pasta Anexa 16.537-3/03).

#### **4 - DOS PROCEDIMENTOS ADOTADOS**

A fim de identificar os gastos efetuados na função 10 - Saúde, pelos órgãos indicados no Ofício GC-4 nº 021/03, procedemos ao levantamento das despesas registradas no Sistema de Administração Financeira para Estados e Municípios - SIAFEM/RJ, buscando detalhar o objeto, o valor, o credor, o programa de trabalho, a fonte de recurso e o número do processo administrativo correspondente.

Para a realização de nossos trabalhos, adotamos o seguinte critério para a seleção dos processos:

- Identificamos os processos administrativos referentes às despesas executadas em 2002 na função 10 - Saúde pela SEGAB, SARE, SASC, SEDEC, PRODERJ e RIOTRILHOS.
- Solicitamos, para análise, os processos administrativos principais identificados e seus respectivos processos de pagamento.

*h E R*

Demonstramos a seguir o volume de recursos por órgão/entidade inspecionado:

ÓRGÃO/ ENTIDADE	TOTAL R\$	PROCESSOS (Quantitativo)	% SELECIONADO
SEGAB	1.859.642,10	01	100
SARE	879.398,48	03	100
SEDEC	2.587.610,64	08	100
SASC	13.371.793,96	11	100
PRODERJ	298.107,30	01	100
RIOTRILHOS	2.509.358,50	01	100

## **5 - DO APURADO NO TRABALHO DE CAMPO**

### **5.1 - Secretaria Executiva do Gabinete do Governador - SEGAB**

Atendendo à nossa solicitação, através do Ofício INSP.ESP. nº 01/03 - SUE, de 15/04/03, a SEIG (atual denominação da extinta SEGAB) informou, por intermédio do Ofício SEIG/DGAF nº 152/03 (DOC 2 da Pasta Anexa 16.535-5/03), que as despesas realizadas na Função - 10 Saúde, no exercício de 2002, referem-se aos pagamentos à HELLEN'S Brasil LTDA em continuidade ao Projeto Restaurantes Populares e nos disponibilizou os processos nº E-12/020.536/2000 (referente à Concorrência Pública), E-33/000.622/2000 (contrato decorrente) e os respectivos processos de pagamento, referentes ao exercício sob exame.

Cabe destacar que, através da descentralização de créditos, a SEGAB recebeu recursos orçamentários do Fundo Estadual de Saúde - FES no montante de R\$ 1.859.642,10 (um milhão, oitocentos e cinquenta e nove mil, seiscentos e quarenta e dois reais e dez centavos).

Da análise procedida, constatamos que o processo E-12/020.536/2000 se refere ao procedimento licitatório (Concorrência Pública, DOC 2 da Pasta Anexa 16.535-5/03), com vistas ao Programa de Implantação e Operação do Restaurante Popular (Programa Reintegração Social e População de Rua), do qual resultou

4 E N

TCE/RJ  
 Processo: 106.027-9/03  
 Rubrica: 4 Fls.: 13

vencedora a Empresa HELLEN'S BRASIL LTDA, cuja homologação e adjudicação encontram-se também anexadas.

O contrato firmado, à luz da citada concorrência (processo E-33/000.622/2000, DOC 2 da Pasta Anexa 16.535-5/03), tem por objeto a "Prestação de serviços de preparo, fornecimento e distribuição de alimentos a preços populares, no Restaurante Popular Herbert de Souza a ser operacionalizado na Estação Ferroviária D. Pedro II - Flumitrens, situado à Rua Senador Pompeu, Centro, Rio de Janeiro, RJ", tendo sido, os recursos necessários previstos à conta do Programa de Trabalho nº 0401.0412200021.043 - "Execução de Programas Especiais". (Grifamos)

Processo nº	Favorecido	Objeto	Valor Liquidado
E-33/000.622/2000	Hellen's Brazil Ltda	Preparo, fornecimento e distribuição de alimentos a preços populares no Restaurante Popular Herbert de Souza.	R\$ 1.859.642,10
<b>TOTAL:</b>			<b>R\$ 1.859.642,10</b>

Demonstramos a seguir, a execução orçamentária da despesa, por fonte de recursos:

	Fonte 000	Total
Empenho emitido	1.993.042,00	1.993.042,00
Empenho reforço	315.628,00	315.628,00
Empenho anulado	(449.027,90)	(449.027,90)
<b>DESPESA EMPENHADA</b>	<b>1.859.642,10</b>	<b>1.859.642,10</b>
<b>DESPESA LIQUIDADA</b>	<b>1.859.642,10</b>	<b>1.859.642,10</b>
<b>DESPESA A LIQUIDAR</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DESPESA PAGA</b>	<b>1.859.642,10</b>	<b>1.859.642,10</b>
<b>CRÉDITO DISPONÍVEL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: SIAFEM 2002

Juntamos aos autos planilha detalhada dos processos de pagamento examinados (DOC 2 da Pasta Anexa 16.535-5/03), que deram suporte à análise do mérito quanto à natureza da despesa.

*[Assinaturas]*



### DO PROGRAMA DE TRABALHO

Como já exposto anteriormente, inicialmente as despesas do contrato em comento foram cobertas pelo Programa de Trabalho 0401.04.122.0002.1043 - "Execução de Programas Especiais". No entanto, no exercício de 2002, através do Decreto nº 30.835, de 08 de março de 2002, as despesas originárias do referido contrato passaram a ser realizadas à conta do Programa de Trabalho nº 2961.10.306.0180.1138 - "Combate à desnutrição", originário do Fundo Estadual de Saúde - FES, mediante descentralização de créditos orçamentários.

Considerando que a finalidade original da execução da despesa constitui-se em objeto intrínseco à atividade-fim da Secretaria de Estado de Ação Social e Cidadania (hoje denominada Secretaria de Estado de Ação Social - SAS), nosso entendimento é que a descentralização não deveria ter sido efetivada posto que o crédito descentralizado não se destinaria a gastos em implementação das ações e dos serviços de saúde, deixando de ser observada neste caso a prioridade do programa de trabalho executado.

Ante o exposto, incluiremos determinação à Secretaria de Estado de Planejamento, Controle e Gestão - CONTROLE para que atente à compatibilidade entre o objeto que se pretende executar mediante determinado programa de trabalho e a finalidade do órgão a que se pretende transferir créditos orçamentários, com vistas a garantir a otimização do projeto realizado que constitui objetivo primeiro da descentralização de créditos orçamentários, na forma disposta no Decreto de Execução Orçamentária para o exercício de 2002 (Decreto nº 30.402/01, de 28/12/01) e seguintes.

### DO MÉRITO

Uma vez sendo necessário o pagamento, mesmo a preços módicos (R\$ 1,00), para que o cidadão tenha direito a usufruir do Restaurante Popular, fica prejudicado tanto o princípio da Universalidade insculpido em nossa Carta Magna (art. 196) e previsto no art. 7º, I, da Lei Federal nº 8.080/90 (universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência), quanto o da gratuidade contemplado na Quinta Diretriz, inciso I da Resolução CNS nº 316/02. Motivo pelo qual tais despesas não devem ser consideradas como gastos com saúde.

4 E R

Por essa lógica, mais uma vez não se enquadrariam em despesas de saúde pois sua natureza esbarra na vedação preconizada no inciso VII da Sétima Diretriz da Resolução CNS nº 316/02, de 04/04/02.

Acresça-se, ainda que a concepção original do projeto era garantir o acesso da população de rua a uma refeição, no menos, por dia. Tal prerrogativa é de caráter eminentemente assistencial vez que não garante por si só o equilíbrio nutricional que o indivíduo em situação deficitária necessita.

#### **5.2 - Secretaria do Estado de Administração e Reestruturação - SARE**

Em atendimento à nossa solicitação, através do Ofício INSP.ESP. nº 02/03 - SUE, de 15/04/03, a Secretaria de Estado de Administração e Reestruturação - SARE informou, por intermédio do Ofício GAB/SARE nº 841/03 (DOC 3 da Pasta Anexa 16.535-5/03), que as despesas realizadas na Função - 10 Saúde, no exercício de 2002, referem-se à aquisição de combustíveis e derivados de petróleo através do Sistema Integrado para Aquisição de Combustíveis e Derivados de Petróleo - SIADC (Decreto nº 28.176/01), cujas normas para o funcionamento são estabelecidas na Resolução SARE nº 2.916/01 (DOC 3 da Pasta Anexa 16.535-5/03).

Importante destacar que, através da descentralização de créditos, a SARE recebeu recursos orçamentários do Fundo Estadual de Saúde - FES e do Instituto de Assistência dos Servidores do Estado do Rio de Janeiro - IASERJ, como demonstrado a seguir:

ÓRGÃO CONCEDENTE	DESTAQUE CONCEDIDO
FES	R\$ 768.452,68
IASERJ	R\$ 110.945,80
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 879.398,48</b>

Do exame procedido nos processos administrativos para aquisição de combustível e derivados de petróleo para atender à Secretaria Estadual de Saúde e ao IASERJ, abaixo relacionados, observamos que as compras se deram com base na Concorrência Pública para Registro de Preços da qual resultou vencedora a empresa Petrobrás Distribuidora S/A:

*la E J*

TCE/RJ  
 Processo: 106.027-9/03  
 Rubrica: 4 Fls.: 16

Processo nº	P. T.	Favorecido	Objeto	Valor Liquidado(R\$)
E-01/400.028/2002 E	10 122 0002 2010	Petrobrás Distribuidora S/A	Fornecimento de combustível (Diesel) e derivados de petróleo para as unidades hospitalares da SES.	732.196,28
E-01/400.123/2002				
E-01/400.028/2002 E	10 302 0124 2077	Petrobrás Distribuidora S/A	Fornecimento de combustível (Diesel) e derivados de petróleo para as unidades hospitalares da SES.	36.256,40
E-01/400.123/2002				
E-01/400.128/2002	10 122.0002.4036	Petrobrás Distribuidora S/A	Fornecimento de combustível e derivados de petróleo para o IASERJ.	110.945,80
TOTAL:				879.398,48

Demonstramos a seguir, a execução orçamentária da despesa, por fonte de recursos:

	Fonte 000	Fonte 010	Total
Empenho emitido	105.000,00	12.000,00	117.000,00
Empenho reforço	943.000,00	112.000,00	1.055.000,00
Empenho anulado	(279.547,32)	(13.054,20)	(292.601,52)
DESPESA EMPENHADA	768.452,68	110.945,80	879.398,48
DESPESA LIQUIDADA	768.452,68	110.945,80	879.398,48
DESPESA A LIQUIDAR	0,00	0,00	0,00
DESPESA PAGA	418.715,09	42.501,85	461.216,94
CRÉDITO DISPONÍVEL	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFEM 2002

Deve ser ressaltado que o crédito orçamentário descentralizado para SARE, pelo IASERJ, no valor de R\$ 110.945,80 (cento e dez mil, novecentos e quarenta e cinco reais e oitenta centavos), para a aquisição de combustíveis e derivados de petróleo, é oriundo da fonte de recursos 010 - "Diretamente Arrecadados", e portanto, apesar de considerarmos a referida despesa como necessária à realização de ações e serviços públicos de saúde, as mesmas não devem ser computadas para efeito do cálculo do limite constitucional estabelecido na E. C. nº 29/00.

4 6 8

Na busca do entendimento das rotinas de controle do consumo de combustíveis das unidades de saúde, nelas incluídas a Secretaria Estadual de Saúde e o IASERJ, nos foi informado que o controle existente à época se dava tão somente pela distribuição dos tickets de combustível às referidas unidades para utilização nos postos de abastecimento do Corpo de Bombeiros Militar, da Polícia Militar e da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro.

Segundo informações da Superintendente de Suprimentos de Bens e Serviços, novo Sistema de Controle será implantado brevemente, pois, inclusive, a SARE está adquirindo um software específico para tal.

Uma vez não havendo tempo hábil para que esta Equipe procedesse ao levantamento de todos os controles existentes à época da realização das referidas despesas, assim como, realizar os testes necessários para comprovar sua eficácia, não se pode afirmar que os gastos realizados tenham sido ou não efetivamente utilizados em ações e serviços públicos de saúde.

Juntamos aos autos planilha detalhada dos processos de pagamento examinados (DOC 3 da Pasta Anexa 16.535-5/03), que deram suporte à análise do mérito quanto à natureza da despesa.

#### DO PROGRAMA DE TRABALHO

As despesas com aquisição de combustíveis e derivados de petróleo foram realizadas nos programas de trabalho 10.122.0002.2010 - "Prestação de serviços entre órgãos/aquisição de combustíveis e lubrificantes" (FES); 10.302.0124.2077 - "Assistência Hospitalar e Ambulatorial" (FES) e 10.122.0002.4036 - "Prestação de serviços entre órgãos/aquisição de combustíveis e lubrificantes" (IASERJ), originários do Fundo Estadual de Saúde - FES e do Instituto de Assistência aos Servidores do Estado do Rio de Janeiro - IASERJ, mediante descentralização de créditos orçamentários.

#### DO MÉRITO

Pelo exposto, somos de opinião que somente as despesas realizadas com aquisição de combustíveis e derivados de petróleo, custeada por recursos da fonte 000, no valor de R\$ 768.452,68 (setecentos e sessenta e oito mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais e sessenta e oito centavos), devem ser consideradas para

4 E R

TCE/RJ
Processo: 106.027-9/03
Rubrica: <i>A</i> Fls.: 18

efeito de cálculo do limite das despesas com ações e serviços públicos de saúde previsto na E. C. nº 29/00.

### **5.3 - Secretaria do Estado da Defesa Civil - SEDEC**

Em observância à nossa solicitação, através do Ofício INSP. ESP. nº 03/03 - SUE, de 15/04/03, a Secretaria de Estado da Defesa Civil - SEDEC encaminhou por intermédio do Ofício nº 135/3070/2003, de 30/04/2003, planilha demonstrando as despesas realizadas na Função 10 - Saúde, no exercício de 2002, por descentralização de créditos do Fundo Estadual de Saúde - FES (DOC 4 da Pasta Anexa 16.535-5/03).

Cabe destacar que, através da descentralização de créditos, a SEDEC recebeu recursos orçamentários do Fundo Estadual de Saúde - FES no montante de R\$ 2.587.610,94 (dois milhões, quinhentos e oitenta e sete mil, seiscentos e dez reais e noventa e quatro centavos).

Com base na resposta à nossa solicitação, elaboramos a tabela a seguir, demonstrando o volume de recursos empregado em cada um dos processos relacionados com despesas realizadas na função 10:

*A E R*

TCE/RJ  
 Processo: 106.027-9/03  
 Rubrica: Fls.: 19

Processo nº	Favorecidos	Objeto	Valor Liquidado
E-27/0017/3071/01	Hiper Life Com. Rep. Ltda e Cryssil Com. Rep. Ltda	Aquisição de material de expediente para o Programa "Saúde na Escola".	R\$ 21.402,00
E-27/0107/3071/01	DFV Com. Ind. Ltda, CAS Prod. Méd. Ltda e K. Takaoka Ind. Com. Ltda	Aquisição de equipamentos para implante odontológico.	R\$ 479.222,48
E-27/0109/3071/01	Esleves e Anjos Ltda-Me, Health Care Com. Mat. Cir. Hosp. Ltda e K. Takaoka Ind. Com. Ltda	Aquisição de material médico em geral para Hospital Central do Corpo de Bombeiros.	R\$ 97.405,00
E-27/0112/3071/01	Casa do Radiologista Ltda, Imagem Rio Prod. Rad. Ltda, Siemens Ltda e VMI Ind. Com. Ltda	Aquisição de material médico-hospitalar para Hospital Central do Corpo de Bombeiros.	R\$ 466.700,00
E-27/0114/3071/01	Suzuki Ind. Com. Máq. Ltda e Baumer S/A	Aquisição de equipamentos de lavanderia para Hospital Central do Corpo de Bombeiros.	R\$ 166.890,00
E-27/0128/3071/01	Dixtal Biomédica Ind. Com. Ltda	Aquisição de monitor modular para UTI do Hospital Central do Corpo de Bombeiros.	R\$ 247.776,00
E-27/0116/3071/01	Ideal Bequem Equipamentos Ltda e Dist. Méd. Hosp. Hospimetal Ltda	Aquisição de mobiliário e material médico-hospitalar para Hospital Central do Corpo de Bombeiros.	R\$ 25.215,16
E-27/0020/3071/02	Pactus Comercial Ltda	Aquisição de equipamentos para combate à Dengue.	R\$ 1.083.000,00
<b>TOTAL:</b>			<b>2.587.610,64</b>

Da análise dos processos relacionados observamos que o processo nº E-27/0017/3071/01 teve por objeto a aquisição de material de expediente para o Programa "Saúde na Escola", que tem como finalidade o atendimento médico preventivo nas unidades escolares e o processo nº E-27/0020/3071/02, a aquisição de equipamentos para combate à Dengue, os quais, em nosso entender se referem

4 8 K

a despesas com ações e serviços de saúde, portanto, de acordo com a legislação em vigor.

Quanto aos demais processos relacionados, constata-se que os mesmos têm por finalidade a compra de equipamentos e materiais médico-cirúrgicos para utilização e reaparelhamento do Hospital Central do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro, cujos acesso e atendimento são restritos ao pessoal de seus quadros e seus dependentes. Consequentemente, tais recursos, de acordo com o inciso II da Sétima Diretriz da Resolução nº 316, de 04/04/02, não podem ser considerados como ações e serviços públicos de saúde.

Demonstramos a seguir, a execução orçamentária da despesa, por fonte de recursos:

	Fonte 000	Total
Empenho emitido	2.846.560,64	2.846.560,64
Empenho reforço	0,00	0,00
Empenho anulado	(258.950,00)	(258.950,00)
DESPESA EMPENHADA	2.587.610,64	2.587.610,64
DESPESA LIQUIDADADA	2.587.610,64	2.587.610,64
DESPESA A LIQUIDAR	0,00	0,00
DESPESA PAGA	1.168.380,00	1.168.380,00
CRÉDITO DISPONÍVEL	0,00	0,00

Fonte: SIAFEM 2002

Juntamos aos autos planilha detalhada dos processos de pagamento examinados (DOC 4 da Pasta Anexa 16.535-5/03), que deram suporte à análise do mérito quanto à natureza da despesa.

#### DO PROGRAMA DE TRABALHO

As despesas realizadas pela SEDEC na função 10 (Saúde) foram executadas nos programas de trabalho 10.301.0148.2411 - "Epidemiologia, Controle de Doenças e Programas de Saúde" e 10.302.0124.1521 - "Construção, Reforma, Ampliação e Reequipamento de Unidades de Saúde", originários do Fundo Estadual de Saúde - FES, mediante descentralização de créditos orçamentários.

4 8 8

## DO MÉRITO

Com base nos exames procedidos, entendemos que as despesas realizadas em ações que atenderam ao princípio da universalidade, processos nºs E-27/0017/3071/01 e E-27/0020/3071/02, no montante de R\$ 1.104.402,00 (hum milhão, cento e quatro mil, quatrocentos e dois reais), devem ser consideradas quando do cálculo do limite constitucional previsto na E. C. nº 29/00.

No entanto, os recursos dispendidos nas aquisições a que se referem os processos nºs E-27/0107/3071/01, E-27/0109/3071/01, E-27/0112/3071/01, E-27/0114/3071/01, E-27/0128/3071/01 e E-27/0116/3071/01, que somam o valor de R\$ 1.483.208,64 (hum milhão, quatrocentos e oitenta e três mil, duzentos e oito reais e sessenta e quatro centavos), por terem sido aplicados em uma unidade de atendimento à clientela fechada, de acordo com o inciso II da Sétima Diretriz da Resolução nº 316, de 04/04/02, não devem ser levadas em consideração no cálculo para apuração do limite constitucional.

### 5.4 – Secretaria do Estado de Ação Social e Cidadania – SASC

Atendendo à solicitação da equipe de inspeção, formulada mediante o Ofício INSP. ESP. nº 04/03 – SUE, de 15/04/03, a Secretaria de Estado de Ação Social - SAS (atual denominação da extinta Secretaria de Estado de Ação Social e Cidadania - SASC) encaminhou, por intermédio do Ofício SAS/DGAF nº 178/03, de 08/05/2003 (DOC 5 da Pasta Anexa 16.536-9/03), planilha demonstrando as despesas realizadas na Função - 10 Saúde, no exercício de 2002, por descentralização de créditos.

Ressaltamos que a SASC, através da descentralização de créditos, recebeu recursos orçamentários do Fundo Estadual de Saúde - FES no montante de R\$ 13.371.793,96 (treze milhões, trezentos e setenta e um mil, setecentos e noventa e três reais e noventa e seis centavos).

Embasados na resposta à nossa solicitação, elaboramos as tabelas a seguir, demonstrando o volume de recursos empregado em cada um dos processos relacionados com despesas realizadas na função 10:

4 5 8



TCE/RJ  
 Processo: 106.027-9/03  
 Rubrica: Fls.: 22

Processo nº	Favorecido	Objeto	Valor Liquidado
E-23/001.339/2000	Max Super Ind. Com. Ltda	Aquisição mensal de 200 toneladas de Leite em pó para programa "Leite Saúde".	R\$ 5.364.000,00
E-23/000.269/2002	Nutricom Alimentos Ltda	Aquisição mensal de 200 toneladas de Leite em pó para programa "Leite Saúde".	R\$ 2.662.990,00
E-23/001.451/2001	Cor e Sabor Distrib. De Alimentos Ltda	Preparo, fornecimento e distribuição de alimentos a preços populares no Restaurante Popular Jorge Amado (Niterói).	R\$ 331.269,66
E-23/002.731/2001	Don Pizza Brasil Entretenimento, Alim. E Eventos Ltda	Preparo, fornecimento e distribuição de alimentos a preços populares no Restaurante Popular Jorge Curi (Maracanã).	R\$ 180.031,73
E-23/000.948/2001	Cial Com. Ind. de Alimentos Ltda	Preparo, fornecimento e distribuição de alimentos a preços populares nos Restaurantes Populares de Caxias e Bangu.	R\$ 926.181,30
E-23/002.352/2001	Cial Com. Ind. de Alimentos Ltda	Preparo, fornecimento e distribuição de alimentos a preços populares no Restaurante Popular Madre Teresa de Calcutá (Nova Iguaçu).	R\$ 167.507,18
E-23/002.525/2001	Cial Com. Ind. de Alimentos Ltda	Preparo, fornecimento e distribuição de alimentos a preços populares no Restaurante Popular Mário Covas (Itaguaí).	R\$ 42.130,00
E-23/000.064/1999	UERJ - NUSEG	Convênio para prestação de serviços incluindo programa de combate à desnutrição infantil na Baixada.	R\$ 97.915,91
E-06/010.917/1999	Clínica São Raimundo Nonato Ltda	Locação da Clínica São Raimundo Nonato para tratamento de dependentes químicos.	R\$ 259.421,68
E-23/010.070/2000	Comunidade de Jovens Cristãos S-8	Tratamento, recuperação e reintegração de dependentes químicos.	R\$ 1.739.104,07
E-23/002.277/2001	Tributo à Michelle de Moraes - Tamim	Convênio para atendimento e recuperação de dependentes químicos.	R\$ 1.601.242,43
<b>TOTAL:</b>			<b>R\$ 13.371.793,96</b>

4 8 8

Analisando os processos anteriormente relacionados, observamos que eles podem ser descritos em 4 grupos distintos em função de suas finalidades, os quais passaremos a discorrer:

1) Os processos E-23/001.339/2000 e E-23/000.269/2002, se referem aos contratos resultantes das Concorrências Públicas nºs 002/2001 e 002/2002, respectivamente (DOC 5 da Pasta Anexa 16.536-9/03), que têm por objeto a contratação de empresas para o fornecimento de leite em pó integral de forma a atender à população infantil em todo o Estado, na faixa etária de 2 a 12 anos, em conformidade com o Projeto "Leite Saúde". Os recursos empregados pela SASC nestas aquisições estavam previstos no programa de trabalho 10.306.0180.1138 - "Combate à Desnutrição", do Fundo Estadual de Saúde - FES. Desta forma, entendemos que estas despesas devem ser consideradas no câmpulo das despesas com ações e serviços públicos de saúde.

2) Assim como descrito no tópico 5.1, os processos E-23/001.451/2001, E-23/002.731/2001, E-23/000.948/2001, E-23/002.352/2001 e E-23/002.525/2001, se referem à contratação de empresas com vistas ao Programa de Implantação e Operação de Restaurantes Populares (Programa Reintegração Social e População de Rua), cujos objetos têm em vista a prestação de serviços de preparo, fornecimento e distribuição de alimentos *a preços populares*, nos Restaurantes Populares Jorge Amado (Niterói), Jorge Curi (Maracanã), Dom Hélder Câmara (Duque de Caxias) e Getúlio Vargas (Bangu), Madre Teresa de Calcutá (Nova Iguaçu) e Mário Covas (Itaguaí), respectivamente (DOC 5 da Pasta Anexa 16.536-9/03).

Cabe ressaltar que, no exercício de 2001, as despesas com Restaurantes Populares correram na conta do programa de trabalho 08244004011380000 - "Combate à Desnutrição" da Secretaria de Estado de Ação Social e Cidadania, no entanto, no exercício de 2002, as mesmas passaram a ocorrer no programa de trabalho 10.306.0180.1138 - "Combate à Desnutrição", do Fundo Estadual de Saúde.

Uma vez sendo necessário o pagamento para que o cidadão tenha direito a usufruir dos Restaurantes Populares, estando, portanto, prejudicado o princípio da Universalidade, assim como a gratuidade (inciso I da Quinta Diretriz da Resolução CNS nº 316/02), tais despesas não devem ser consideradas como gastos com

4 E 8

TCE/RJ

Processo: 106.027-9/03

Rubrica: 4 Fls.: 24

saúde, observada também a vedação do inciso VII da Sétima Diretriz do mesmo diploma, regulamentar quanto à não inclusão de despesas realizadas em ações de assistência social não vinculadas ao SUS e não promovidas por entidades de saúde.

Considerando, ainda, que a finalidade original da execução da despesa constituía-se em objeto intrínseco à atividade-fim da Secretaria de Estado de Ação Social e Cidadania (hoje denominada Secretaria de Estado de Ação Social - SAS), nosso entendimento é que a descentralização não deveria ter sido efetivada posto que o crédito descentralizado não se destinaria à gastos em implementação das ações e dos serviços de saúde, deixando de ser observada neste caso a prioridade do programa de trabalho executado.

Ante o exposto, incluiremos determinação à Secretaria de Estado de Planejamento, Controle e Gestão - CONTROLE para que atente à compatibilidade entre o objeto que se pretende executar mediante determinado programa de trabalho e a finalidade do órgão a que se pretende transferir créditos orçamentários, com vistas a garantir a otimização do projeto realizado que constitui objetivo primeiro da descentralização de créditos orçamentários, na forma disposta no Decreto de Execução Orçamentária para o exercício de 2002 (Decreto nº 30.402/01, de 28/12/01) e seguintes.

3) O processo administrativo nº E-23/000.064/1999 se refere ao Convênio de Cooperação Técnica firmado em 30/06/1999 (DOC 5 da Pasta Anexa 16.536-9/03), entre a Secretaria de Ação Social, Esporte e Lazer, que em 2002 era denominada Secretaria de Ação Social e Cidadania - SASC, e a Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, através do Núcleo Superior de Estudos Governamentais - NUSEG para a prestação de serviços de assessoria e consultoria técnica, de desenvolvimento de programas educacionais e de estudos e pesquisas no campo da gestão governamental.

O referido Convênio deu origem a uma série de propostas de serviços dentre as quais a nº 073/2002 que teve como objeto "a prestação de serviços técnicos para fins de cadastramento de todas as crianças menores de 5 anos da Baixada Fluminense com desnutrição ou em risco nutricional em programas de segurança alimentar, visando a melhoria da qualidade de saúde e o direito à infância." A aludida proposta "visa o apoio da SASC no Programa de Erradicação da Desnutrição Infantil na Baixada Fluminense da Secretaria Especial de Desenvolvimento da Baixada Fluminense, que abrangerá oito municípios: Duque de

4 5 K

TCE/RJ

Processo: 106.027-9/03

Rubrica: 4 Fls.: 25

Cuxias, São João de Meriti, Nilópolis, Belford Roxo, Nova Iguaçu, Itaguaí, Japoi e Magé."

Os recursos utilizados pela SASC para cobertura das despesas inerentes a esta proposta foram os previstos no programa de trabalho 10.306.0180.1138 - "Combate à Desnutrição", do Fundo Estadual de Saúde - FES. Assim, face ao objetivo estar diretamente relacionado a ações e serviços públicos de saúde, entendemos que estas despesas devem ser consideradas para efeito de cálculo do limite constitucional.

4) Os processos administrativos nºs E-06/010.917/1999, E-23/010.070/2000 e E-23/002.277/2001, apesar de possuírem objetos distintos, têm por finalidade o tratamento de dependentes químicos (DOC 5 da Pasta Anexa 16.536-9/03).

O processo nº E-06/010.917/1999 tem como objeto a locação do imóvel hospitalar situado na Estrada Reta do Rio Grande nº 1.300, em Santa Cruz, Zona Oeste do Rio de Janeiro, sendo locadora a Clínica São Raimundo Nonato Ltda, visando à instalação de uma clínica para tratamento de dependentes químicos, em atendimento à antiga postulação do Conselho Estadual de Entorpecentes para que fosse implantado um Centro Modelo Estadual de Tratamento Especializado de Dependentes Químicos.

Trata o processo nº E-23/010.070/2000 de Convênio celebrado entre o Conselho Estadual Antidrogas do Rio de Janeiro, órgão integrante do Sistema Estadual Antidrogas e vinculado à Secretaria de Estado de Justiça, e a Comunidade S8, tendo por objeto "a prestação de serviços assistenciais junto a dependentes químicos, visando a sua recuperação e ressocialização, através da 'Clínica Michelle Silveira de Moraes', em Santa Cruz, no Rio de Janeiro", no imóvel locado pelo Estado (anteriormente descrito) e cedido à Comunidade S8.

A execução administrativa e físico-financeira bem como a coordenação das ações governamentais referentes ao Projeto de Recuperação, Tratamento e Reinserção na Sociedade de Dependentes Químicos do Convênio mencionado foram transferidas à Secretaria de Estado de Ação Social e Cidadania - SASC, pelo Decreto nº 26.172 de 13/04/2000.

4 8 X

Refere-se o processo nº E-23/002.277/2001 ao Convênio firmado entre a Secretaria de Estado de Ação Social e a TAMIM - Tributo à Michelle de Moraes, visando a execução do "Projeto Unidade de Internação II Clínica para Tratamento de Dependência Química de Valença", cujo objeto é o atendimento específico aos dependentes químicos, referente ao citado Projeto.

A presente despesa foi executada pela SASC em decorrência da descentralização de créditos havida pelo FES em favor desta. Todavia, consideramos que a prerrogativa desse serviço não é compatível com a atividade-fim da SASC e que somente deveria ser transferida para ela a execução de projetos em que sua atuação fosse otimizar o processo por ser ela a especialista na atividade ou serviço que se pretende realizar, a fim de atender ao objetivo inicial da descentralização da execução de créditos orçamentários.

Entendemos que o serviço objeto do Convênio em questão é de natureza específica da atividade-fim da Secretaria de Saúde, razão pela qual deve ser levada a efeito por especialistas da área e para a qual consignaremos recomendação a fim de que seja operacionalizada pela Pasta da Saúde.

Devemos ainda ressaltar que, no exercício de 2001, as despesas referentes aos três processos retro citados foram executadas no programa de trabalho 08.244.0147.2106 - "Clínica de Dependentes Químicos" da Secretaria de Estado de Ação Social e Cidadania, no entanto, no exercício de 2002, as mesmas passaram a correr por conta do programa de trabalho 10.303.0147.2106 - "Clínicas para Dependentes Químicos", do Fundo Estadual de Saúde.

Pelo exposto, uma vez que os referidos recursos foram aplicados em ações e serviços públicos de saúde, devem os mesmos ser levados em conta quando da apuração do limite constitucional.

Demonstramos a seguir, a execução orçamentária da despesa, por fonte de recursos:

4 E J

	Fonte 000	Total
Empenho emitido	14.293.738,42	14.293.738,42
Empenho reforço	4.272.317,45	4.272.317,45
Empenho anulado	(5.194.261,91)	(5.194.261,91)
DESPESA EMPENHADA	13.371.793,96	13.371.793,96
DESPESA LIQUIDADADA	13.371.793,96	13.371.793,96
DESPESA A LIQUIDAR	0,00	0,00
DESPESA PAGA	11.455.307,01	11.455.307,01
CRÉDITO DISPONÍVEL	0,00	0,00

Fonte: SIAFEM 2002

Juntamos aos autos planilha detalhada dos processos de pagamento examinados (DOC 5 da Pasta Anexa 16.536-9/03), que deram suporte à análise do mérito quanto à natureza da despesa.

#### DO MÉRITO

Pelo exame efetuado, entendemos que os recursos empregados para cobertura das despesas referentes aos processos nºs E-23/001.451/2001, E-23/002.731/2001, E-23/000.948/2001, E-23/002.352/2001 e E-23/002.525/2001, citados no item 3 anterior, no montante de R\$ 1.647.119,87 (hum milhão, seiscentos e quarenta e sete mil, cento e dezenove reais e oitenta e sete centavos) não devem ser levados em consideração quando do cálculo do limite constitucional.

#### 5.5 – Centro de Processamento de Dados do Estado do Rio de Janeiro - PRODERJ

Em atendimento à nossa solicitação, através do Ofício INSP.ESP. nº 05/03 – SUE, de 15/04/03, o Centro de Processamento de Dados do Estado do Rio de Janeiro - PRODERJ informou, por intermédio da Comunicação Interna CI-GOF-110/03 (DOC 6 da Pasta Anexa 16.357-3/03), que as despesas realizadas na Função - 10 Saúde, ao longo do exercício de 2002, referem-se àquelas decorrentes do processo E-01/902.334/2000 (DOC 6 da Pasta Anexa 16.537-3/03), cujo objeto consiste no fornecimento de produtos e serviços (softwares) da Oracle.

Importante destacar que, através da descentralização de créditos, o PRODERJ recebeu recursos orçamentários do Fundo Estadual de Saúde - FES no

4 E 8

TCE/RJ  
 Processo: 106.027-9/03  
 Rubrica: Fls.: 28

valor de R\$ 298.107,30 (duzentos e noventa e oito mil, cento e sete reais e trinta centavos).

Do exame procedido no processo administrativo retro citado, constatamos que através do Termo de Adesão GOF nº 054/2001 ao Contrato corporativo de licença de uso de programas de computador e serviços, firmado em 27/10/2000, entre o PRODERJ e a ORACLE do Brasil Sistemas Ltda, a SES obteve licença para uso de programas visando à customização e implantação do Sistema Integrado Hospitalar - SIH e tarefas relacionadas à CISA (Centro de Informações em Saúde).

Processo nº	Favorecido	Objeto	Valor Liquidado
E-01/902.334/2000	Oracle do Brasil Sistemas Ltda	Adesão da SES ao Contrato nº 047/2000, de licenciamento para uso contínuo de programas Oracle.	R\$ 298.107,30
<b>TOTAL:</b>			<b>R\$ 298.107,30</b>

Demonstramos a seguir, a execução orçamentária da despesa, por fonte de recursos:

	Fonte 000	Total
Empenho emitido	298.107,30	298.107,30
Empenho reforço	0,00	0,00
Empenho anulado	0,00	0,00
DESPESA EMPENHADA	298.107,30	298.107,30
DESPESA LIQUIDADA	298.107,30	298.107,30
DESPESA A LIQUIDAR	0,00	0,00
DESPESA PAGA	4.465,38	4.465,38
CRÉDITO DISPONÍVEL	0,00	0,00

Fonte: SIAFEM 2002

Juntamos aos autos planilha detalhada dos processos de pagamento examinados (DOC 6 da Pasta Anexa 16.537-3/03), que deram suporte à análise do mérito quanto à natureza da despesa.

#### DO PROGRAMA DE TRABALHO

As despesas com fornecimento de produtos e serviços (softwares) da Oracle foram realizadas no programa de trabalho 10.126.0193.1104 - "Interligação e

4 E

Informatização das Unidades de Saúde", originário do Fundo Estadual de Saúde - FES, mediante descentralização de créditos orçamentários..

### DO MÉRITO

Diante dos fatos expostos, podemos concluir que as despesas realizadas pelo PRODERJ com recursos do Fundo Estadual de Saúde - FES podem ser consideradas como despesas com ações e serviços públicos de saúde, e portanto, computadas para efeito de cálculo do limite estabelecido na E. C. nº 29/00.

#### 5.6 - Companhia de Transportes Sobre Trilhos do Estado do Rio de Janeiro - RIOTRILHOS

Em atendimento à nossa solicitação, através do Ofício INSP.ESP. nº 10/03 - SUE, de 06/05/03, a RIOTRILHOS encaminhou a relação "Acompanhamento de Execução Orçamentária por Fonte de Recursos - Dezembro de 2002" e cópia do Decreto nº 31.572, de 22/07/2002 (DOC 7 da Pasta Anexa 16.537-3/03). Pela documentação encaminhada, observamos que houve uma abertura de crédito suplementar no valor total de R\$ 6.254.585,00 (seis milhões, duzentos e cinquenta e quatro mil, quinhentos e oitenta e cinco reais), dos quais R\$ 2.641.430,00 (dois milhões, seiscentos e quarenta e um mil, quatrocentos e trinta reais) se referem ao Fundo Estadual de Saúde - FES, utilizado pela RIOTRILHOS, mediante descentralização de crédito orçamentário.

Verificamos que, através da descentralização de créditos, a RIOTRILHOS recebeu recursos orçamentários do Fundo Estadual de Saúde - FES no valor de R\$ 2.509.358,50 (dois milhões, quinhentos e nove mil, trezentos e cinquenta e oito reais e cinquenta centavos).

Pudemos constatar, pela análise do processo E-25/400.102/2002 (DOC 7 da Pasta Anexa 16.537-3/03), que o mesmo se refere ao contrato celebrado com a Construtora Andrade Gutierrez (Contrato nº 1005/02, de 24/07/2002, oriundo de ato de dispensa de licitação por emergência, no valor total de R\$ 35.433.806,79). Sendo objeto do referido contrato "o fornecimento e instalação dos sistemas de: Ventilação primária; de bombeamento; baixa tensão; telefonia geral; sonorização; ar condicionado; ventilação auxiliar; escadas rolantes; elevador vertical; detecção de incêndio; televisão; bilhetagem; "no break" (baterias); grupo diesel; bandejamento;



TCE/RJ  
Processo: 106.027-9/03  
Rubrica: 4 Fls.: 30

via permanente, fornecimento de cabos de alimentação 22 Kv e tração, reurbanização com iluminação das superfícies; contemplando ainda a construção do posto de saúde com 2.183 m2 de área construída e do Batalhão da PMERJ com 2.944,70 m2, de conformidade com as especificações e desenhos que integram o aludido contrato. (Grifo nosso).

Processo nº	Favorecido	Objeto	Valor Liquidado
E-25/400.102/2002	Construtora Andrade Gutierrez S/A	Construção do Metrô Copacabana incluindo Posto de Saúde João Barros Barreto.	R\$ 2.509.358,50
TOTAL:			R\$ 2.509.358,50

Do exame do citado processo administrativo, observa-se que a contratação em comento teve por finalidade a conclusão das obras de construção da "Estação Siqueira Campos", do Metropolitano da Cidade do Rio de Janeiro, prevista no Projeto Copacabana que teve início com a assinatura do contrato nº 1027/87, de 16/10/1987, cuja cópia acostamos ao DOC 7 da Pasta Anexa, 16.537-3/03.

Para levar a efeito a citada construção, foi necessária a demolição de instalações da COMLURB, de Batalhão da Polícia Militar e Posto de Saúde Municipal que existiam no local. Através de acordo entre o Estado e o Município do Rio de Janeiro, o Estado se responsabilizou pela construção de um Posto de Saúde provisório na Praça Serzedelo Corrêa, em Copacabana, e a construção de um novo Posto em área próxima ao demolido, de forma a substituir aquele (DOC 7 da Pasta Anexa 16.537-3/03). No entanto, até a data de encerramento da presente inspeção, mesmo já havendo sido construído o novo Posto, não foi formalizado o citado acordo, porém a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro demonstra haver aceito o novo Posto construído tendo em vista já haver solicitado a ligação de luz, telefone e água e esgoto como demonstrado no DOC 7 da Pasta Anexa 16.537-3/03.

Fica claro, pois, que a utilização de recursos para construção do Posto de Saúde, na verdade, teve como objetivo a reposição, mediante permuta, do Posto demolido que pertencia ao Município do Rio de Janeiro, não tendo por finalidade o implemento de ações de saúde para os cidadãos, logo os mesmos devem ser levados a efeito como custo de construção da referida Estação do Metropolitano do Rio de Janeiro.

Considerando que a finalidade original da execução da despesa constituía-se em objeto intrínseco à atividade-fim da RIOTRILHOS, nosso entendimento é que a descentralização não deveria ter sido efetivada posto que o

4 E R

crédito descentralizado não se destinaria à gastos em implementação das ações e dos serviços de saúde, deixando de ser observada neste caso a prioridade do programa de trabalho executado

Ante o exposto, incluiremos determinação à Secretaria de Estado de Planejamento, Controle e Gestão – CONTROLE para que atente à compatibilidade entre o objeto que se pretende executar mediante determinado programa de trabalho e a finalidade do órgão a que se pretende transferir créditos orçamentários, com vistas a garantir a otimização do projeto realizado que constitui objetivo primeiro da descentralização de créditos orçamentários, na forma disposta no Decreto de Execução Orçamentária para o exercício de 2002 (Decreto nº 30.402/01, de 28/12/01) e seguintes.

Demonstramos a seguir, a execução orçamentária da despesa, por fonte de recursos:

	Fonte 000	Total
Empenho emitido	2.641.430,00	2.641.430,00
Empenho reforço	0,00	0,00
Empenho anulado	(132.071,50)	(132.071,50)
DESPESA EMPENHADA	2.509.358,50	2.509.358,50
DESPESA LIQUIDADA	2.509.358,50	2.509.358,50
DESPESA A LIQUIDAR	0,00	0,00
DESPESA PAGA	2.509.358,50	2.509.358,50
CRÉDITO DISPONÍVEL	0,00	0,00

Fonte: SIAFEM 2002

Juntamos aos autos planilha detalhada dos processos de pagamento examinados (DOC 7 da Pasta Anexa 16.537-3/03), que deram suporte à análise do mérito quanto à natureza da despesa.

#### DO PROGRAMA DE TRABALHO

Os recursos utilizados para a construção do Posto de Saúde foram oriundos do programa de trabalho 10.302.0124.1521 - "Construção, Reforma, Ampliação e Reequipamento das Unidades de Saúde", originário do Fundo Estadual de Saúde - FES, mediante descentralização de créditos orçamentários.

4 6 8

## DO MÉRITO

Por todo o exposto, concluímos que as despesas realizadas pela RIOTRILHOS com recursos do Fundo Estadual de Saúde - FES não podem ser consideradas como despesas efetivas com ações e serviços públicos de saúde, e portanto, não devem ser computadas para efeito de cálculo do limite estabelecido na E. C. nº 29/00.

### 6 - DO ATENDIMENTO AO OFÍCIO GC-4 Nº 021/03

Por ocasião da solicitação formulada através do Ofício GC-4 nº 021/03, de 01/04/03, alguns órgãos nele listados já estavam sendo objeto de exame em inspeções ordinárias, razão pela qual deixaram de constituir o escopo da presente, tendo sido o apurado cientificado à Coordenadoria de Auditoria e Desenvolvimento - CAD, através do Memo nº 62/03 - SUE/SGE, de 08/05/03, na forma abaixo apresentada.

#### 6.1 - Secretaria Estadual do Agricultura, Abastecimento, Pesca e Desenvolvimento Interior - SEAAPI

Os gastos realizados na função 10 - Saúde por essa Pasta foram objeto de análise pela 5ª Inspeção-Geral de Controle Estadual - 5ª IGE, através do Processo TCE-RJ nº 104.885-5/03, relativo à Inspeção Ordinária pertinente ao período de 01/01 a 11/04/03, onde se apurou o seguinte:

- A descentralização dos recursos para a SEAAPI foi oriunda do Fundo Estadual de Saúde - FES e ocorreu no Programa de Trabalho nº 2961.103060180.1138 no valor de R\$ 2.511.000,00, dos quais foram liquidados e pagos R\$ 1.377.741,00.
- A aplicação dos recursos destinou-se à implantação do Programa Compartilhar/Cheque Cidadão - Trabalhador Rural que, no entendimento da Inspeção, não corresponde a gastos ligados com saúde mas sim com assistência social

h e f

**6.2 – Secretaria do Estado de Segurança Pública - SSP**

Através da Inspeção Ordinária pertinente ao período de janeiro a março/2003, consubstanciada no Processo TCE-RJ nº 104.832-8/03, a 7ª Inspeção de Controle Estadual – 7ª IGE apurou que as despesas efetuadas com saúde caracterizam-se pela contratação de médicos residentes para atuar junto às unidades próprias de saúde da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, tendo sido empenhados R\$ 1.285.091,68 bem como liquidada e paga a importância de R\$ 845.511,69.

**6.3 – Fundação para Infância e Adolescência – FIA-RJ**

A 6ª Inspeção-Geral de Controle Estadual – 6ª IGE procedeu à verificação do montante utilizado pela FIA-RJ na Função 10 – Saúde, durante o exercício de 2002, mediante a Inspeção Ordinária contida no Processo TCE-RJ nº 105.200-6/03, em tramitação nesta Corte de Contas, tendo sido apurado o seguinte:

- Foi liquidada a importância de R\$ 56.321.597,55 no PTRES 291130, fonte 00, para a execução do Programa Compartilhar Cesta Cidadão e Combate à Desnutrição Infantil na Baixada Fluminense, objetivando a distribuição de cheques-cidadão no valor mensal de R\$ 100,00, no caso da Cesta Cidadão, e de uma ajuda mensal na monta de R\$ 25,00, no caso do Combate à Desnutrição Infantil,
- Houve a liquidação, também, do valor referente a R\$ 3.324.476,61, através do PTRES 292690, na fonte 000, em favor de entidades particulares conveniadas e prefeituras municipais, pelo atendimento prestado às crianças e/ou adolescentes.

**6.4 – Fundação Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ**

As despesas executadas na UERJ, ao longo de 2002, foram objeto de exame no Relatório de Inspeção Ordinária, formalizado no Processo TCE-RJ nº 117.689-0/02, onde se apurou, dentro da amostragem selecionada, que R\$ 1.018.493,37 para aquisição de material referente à saúde.

4 8 8

**6.5 - Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro - EMOP**

A 5ª Inspeção-Geral de Controle Estadual - 5ª IGE efetuou o levantamento dos gastos realizados na função 10 pela EMOP, no decorrer de 2002, tendo alcançado o montante liquidado correspondente a R\$ 3.929.281,09, executados na fonte de recursos 000, através do Programa de Trabalho nº 2981.10.302.0124.1521 - "Construção, reforma, ampliação e reequipamento das unidades de saúde".

**7 - CONCLUSÃO**

Considerando a solicitação de pronunciamento da Secretaria-Geral de Controle Externo acerca da natureza dos gastos realizados com Saúde no exercício de 2002, formulada pelo Exmo. Senhor Conselheiro Marco Antonio Barbosa de Alencar através do OFÍCIO GC-4 nº 021/03, de 01/04/03;

Considerando a utilização de recursos da Secretaria Estadual de Saúde - Fundo Estadual de Saúde - FES, em ações e serviços públicos de saúde executadas por outros órgãos cujas atividades-fim não contemplavam despesas atinentes à área de saúde; e

Considerando a utilização de recursos da Secretaria Estadual de Saúde - Fundo Estadual de Saúde - FES, por outros órgãos cujas atividades-fim não contemplavam despesas atinentes à área de saúde, em outras atividades não relacionadas com ações e serviços públicos de saúde, apesar de executadas na função 10;

Considerando que os fatos apurados em sede de inspeções ordinárias, na forma descrita no item 6 do presente relatório, já foram cientificados à Coordenadoria de Auditoria e Desenvolvimento - CAD por intermédio do Memo nº 62/03 - SUE/SGE, de 08/05/03;

A S K


**SUGERIMOS:**

I - Seja dada **CIÊNCIA** do presente relatório ao Exmo. Sr. Conselheiro Relator Marco Antonio Barbosa de Alencar, tendo em vista o exame da Prestação de Contas de Gestão do Estado do Rio de Janeiro, referente ao exercício de 2002;

II - Que as despesas custeadas com recursos do Fundo Estadual de Saúde - FES por outros órgãos, através da descentralização de créditos orçamentários, em desacordo com o que preconiza a Resolução CNS nº 316/02, de 04 de abril de 2002, na forma do descrito nos tópicos 5.1, 5.3, 5.4 e 5.6, cujos valores demonstramos no quadro a seguir, **não sejam consideradas no cômputo das despesas com saúde**, no exercício de 2002, quando da verificação do cumprimento do limite estabelecido para ações e serviços públicos de saúde na Constituição Federal:

ÓRGÃO / ENTIDADE	TÓPICO DO RELATÓRIO	VALORES LIQUIDADOS NA FUNÇÃO 10 - SAÚDE		TOTAL
		A SEREM CONSIDERADOS	QUE NÃO DEVEM SER CONSIDERADOS	
SEGAB	5.1	-	R\$ 1.859.642,10	R\$ 1.859.642,10
SARE	5.2	R\$ 768.452,68	R\$ 110.945,80	R\$ 879.398,48
SEDEC	5.3	R\$ 1.104.402,00	R\$ 1.483.208,64	R\$ 2.587.610,64
SASC	5.4	R\$ 11.724.674,09	R\$ 1.647.119,87	R\$ 13.371.793,96
PRODERJ	5.5	R\$ 298.107,30	-	R\$ 298.107,30
RIOTRILHOS	5.6	-	R\$ 2.509.358,50	R\$ 2.509.358,50
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 13.895.636,07</b>	<b>R\$ 7.610.274,91</b>	<b>R\$ 21.505.910,98</b>

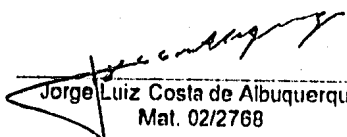
III - A Determinação à Secretaria de Estado de Planejamento, Controle e Gestão - **CONTROLE** para que, quando da autorização para a formalização dos atos de descentralização da execução de créditos orçamentários, atente para a compatibilidade entre a finalidade do programa descentralizado e o objeto que se pretende realizar com a descentralização, no intuito de se evitar fatos semelhantes aos relatados nos itens 5.1, 5.4 e 5.6 deste relatório.


4 8' 

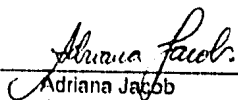
IV – A Recomendação à Secretaria de Estado de Saúde para que não descentralize créditos de programas de trabalhos cujos objetos sejam inerentes à sua atividade-fim, a exemplo do relatado no item 5.4 deste relatório.

V – A Ciência à Coordenadoria de Auditoria e Desenvolvimento – CAD quanto aos fatos apurados no presente Relatório de Inspeção Especial.

A Consideração de V. Sa.  
Rio de Janeiro, 14 de maio de 2003.

  
Jorge Luiz Costa de Albuquerque  
Mat. 02/2768

  
Eduardo dos Santos Guimarães  
Mat. 02/3663

  
Adriana Jacob  
Mat. 02/3127

TCE-RJ	106.021-9/03
PROCESSO	
RUBRICA	
FLS 37	

A SUE

O presente processo está em condições de prosseguimento.

CPG em 14, 05, 03



*Murilo R. de A. Reis, Leal*  
 Coordenador da Coordenação de Atendimento ao Protocolo-Científico  
 da COA da SOA - TCE/RJ  
 Matr.: 02/1248

RECEBIDA  
 DIA 14/05/03  
 FERNANDA C. C. S.  
 Ass. Jurídica  
 Matr. 02/1248



Senhor Subsecretário-Adjunto de Controle Estadual,

Reitero o informado anteriormente.

Assessoria da SUE, em 20/05/2003.

*Cristina de Campos Casanova*  
CRISTINA DE CAMPOS CASANOVA

Assessora-Chefe

Mat. 02/2904

Ratifico o informado pela Assessoria.  
Elevo o presente à consideração da Senhora  
Secretária-Geral de Controle Externo.

Gabinete da SUE 20/05/2003.

*CS*  
CARLOS ROBERTO DA SILVA E SOUSA,  
Subsecretário-Adjunto da  
Subsecretaria de Controle Estadual

Mat. 02/1670

TRIBUNAL DE CONTAS  
PROTÓCOLO DAS GEs  
20 MAIO 2003

NOME  
MATRÍCULA

VERSO →

A end,

Preliminarmente, para ciência  
e manifestação, face o objeto do pre-  
sente tratar-se de matéria pertinente  
à análise das contas de (gestão do  
Guerreiro) exercício de 2002.

sg, 22/05/03

*Maria Lúcia*  
MARIA LÚCIA BELLEI DE BRUNO  
Secretária-Geral de Controle Externo  
Ma. 02/7891